

Análise do comportamento e sua relação com as habilidades sociais de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA)

DOI: <https://doi.org/10.33871/23594381.2025.23.2.9729>

Gabriela Aparecida Rufino¹, Miriam Adalgisa Bedim Godoy², Glorismar Gomes da Silva³

Resumo: Este trabalho teve como objetivo principal compreender de que maneira a abordagem comportamental favorece o desenvolvimento de habilidades interacionais de crianças com Transtorno do Espectro Autista - TEA matriculadas na Educação Infantil. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica, tendo como corte de produção científica o período de 2010 a 2022 na Revista de Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria/UFSM. Após levantamento foram selecionados quatro artigos para a discussão de dados apresentados neste trabalho. No entanto, foi possível compreender que há diferentes estratégias utilizadas com crianças com Transtorno do Espectro Autista e, para cada objetivo foi realizada uma prática de intervenção diferenciada para se ter bons resultados, sendo fundamental que as práticas no processo de inclusão estejam baseadas em estudos realizados na área, como o uso de estratégias fundamentadas da Análise do Comportamento Aplicada - ABA, mas foi possível identificar que essa abordagem não é muito utilizada pelos docentes que atuam com esse público de crianças.

Palavras-chaves: Transtorno do Espectro Autista, Análise do Comportamento Aplicada (ABA), Revisão Bibliográfica.

Behavioral Analysis and its Relationship with the Social Skills of Children with Autism Spectrum Disorder (ASD)

Abstract: This study aimed to understand how a behavioral approach favors the development of interaction skills in children with Autism Spectrum Disorder (ASD) enrolled in early childhood education. To this end, a bibliographic review was conducted, focusing on scientific production from 2010 to 2022 in the Special Education Journal of the Federal University of Santa Maria (UFSM) in Rio Grande do Sul. Subsequently, with this material in hand (where general and specific data were highlighted), four articles were selected to address this work. Rereading all of them, it was possible to perceive many different strategies applied to this specific group of children. It was concluded that, for each objective, there were many differentiated intervention practices, seeking to find the best results. In short, it is essential that the inclusion process be based on objective studies conducted, with differentiated intervention practices, in order to achieve success in this and other areas. As a suggestion, teachers should use the well-known strategies of Applied Behavior Analysis (ABA) as a methodological basis. However, this research identified that this approach was not widely used by educators who usually work with this group of children. From this point of view, this work closed this parenthesis, to encourage other people to contribute articles and give other directions to future readers, students and educators in this fascinating and emblematic bias.

Keywords: Autism Spectrum Disorder, Applied Behavior Analysis (ABA).

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste. Docente da Rede Municipal de Educação de Irati/PR. Orcid: 0009-0002-3465-2587. E-mail: gabriela1452003@gmail.com

² Doutora em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos. Docente da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO/Irati. Orcid: 0000-0001-5840-9958. E-mail: magodoy@unicentro.br

³ Doutora em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos. Docente da Universidade Federal do Acre-Ufac. Rio Branco. Orcid: 0000-0003-4495-7624. E-mail: glorismar.silva@ufac.br

Introdução

De acordo com as pesquisas realizadas por Liberalesso (2020), o termo autismo⁴ foi utilizado pela primeira vez em 1908 pelo médico e psiquiatra Paul Eugen Bleuler. Em 1911 Bleuler escreveu uma monografia intitulada ‘Demência precoce ou o grupo das esquizofrenias’, em que descreveu sintomas semelhantes ao da esquizofrenia. A partir do seu pensamento, outros estudos vieram contribuir para o conhecimento sobre os distúrbios mentais, a exemplo do estudo sobre ‘A psicologia da demência precoce’, de Jung em 1906.

Mais tarde o psiquiatra alemão Leo Kanner, publicou em 1943, o artigo “Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo,” no qual o autor descreveu 11 crianças que apresentavam uma “tendência ao isolamento e um intenso desejo pela mesmice”, sendo este artigo considerado um dos mais importantes no estudo do Transtorno do Espectro Autista (TEA)” (Liberalesso, 2020; Lacerda, 2017, p.14).

Em 1962, Lorna Wing psiquiatra inglesa, mãe de uma menina com TEA, junto com um grupo de pais de crianças com o mesmo transtorno, fundaram no Reino Unido, a National Autistic Society, que os motivaram a adquirir conhecimentos sobre o assunto e a realizarem pesquisas científicas sobre desenvolvimento humano sócio emocional e mais tarde no campo do autismo. Sendo a referida psiquiatra uma das primeiras médicas a apontar a importância da contribuição genética para a origem do autismo (Liberalesso, 2020; Lacerda, 2017).

Com o passar do tempo, outros estudos foram sendo realizados sobre o TEA, e as características para o diagnóstico também foram se modificando. Atualmente, é utilizado o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM⁵), que refere como o termo Transtorno do Espectro Autista. O DSM é “um livro editado periodicamente pela Associação Americana de Psiquiatria, utilizado pelos profissionais de saúde nos Estados Unidos e na maior parte dos países do mundo, como um norteador para o diagnóstico das condições neuropsiquiátricas” (Liberalesso, 2020; Lacerda, 2017, p.16).

O DSM tem cinco edições, a última ocorreu em 2013, em que teve algumas mudanças, dentre as quais a retirada do termo “Transtorno Global do Desenvolvimento-TGD”; transferiu a síndrome de Rett para outro capítulo e reuniu sob a nomenclatura de

⁴ Autismo e TEA terão os mesmos significados no presente texto.

⁵ A literatura optou por utilizar a sigla em inglês: *Desorders Statistic Mental* (DSM).

“Transtorno do Espectro Autista” os termos autismo, síndrome de Asperger, transtorno desintegrativo da infância e transtorno global do desenvolvimento, sem outra especificação (Liberalesso, 2020; Lacerda, 2017, p. 17).

Assim, de acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V), as características essenciais para o diagnóstico do transtorno do espectro autista referem a: “prejuízo persistente na comunicação social recíproca e na interação social (critério A) e padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades (critério B)”, caracterizado por um distúrbio do neuro desenvolvimento que se manifesta antes dos 36 meses de idade, apresentando diferentes níveis de comprometimentos (DSM-V, 2014, p.97).

A área da psicologia vem contribuindo para os estudos realizados com pessoas com Transtorno do Espectro Autista, com o objetivo de desenvolver diversas habilidades fundamentais. Uma dessas abordagens é a Análise do Comportamento Aplicada (ABA⁶), que “representa uma abordagem da Psicologia, que muito tem contribuído com o arranjo de condições de ensino apropriadas à aprendizagem de diversas habilidades (como linguagem/comportamento verbal) de crianças com desenvolvimento atípico, como no caso do TEA” (Matos *et al.*, 2016, p.20 e 21).

Segundo Matos e seus colaboradores (2016), a Análise do Comportamento Aplicada, entende o comportamento que o organismo opera sobre o ambiente, que é emitido através de respostas que modificam o ambiente (consequências e estímulos). Dessa maneira, a ABA [...] “representa uma abordagem da Psicologia que se caracteriza por uma visão de homem e de mundo que implica que muito do que fazemos (em termos de comportamento) é determinado pelos efeitos sobre o ambiente (consequências)” (p.25). Importante destacar que “ABA é uma ciência que estuda o comportamento humano e como muda-lo” (Lacerda, 2017, p. 74). Sendo uma abordagem que favorece o desenvolvimento de diversas habilidades, possibilitando compreender as causas do comportamento e estímulos que podem ser significativos para trazer resultados positivos.

A partir do exposto, o principal objetivo da pesquisa foi compreender de que maneira a abordagem comportamental favorece o desenvolvimento de habilidades interacionais de crianças com autismo matriculadas na Educação Infantil. E de modo específico: rastrear os artigos publicados na Revista de Educação Especial entre 2010 a 2022, que abordavam o Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil; identificar

⁶ ABA: *Applied Behavior Analysis*.

as metodologias utilizadas pelos professores, considerando o processo de inclusão da criança com TEA e a utilização da Análise do Comportamento Aplicada.

Metodologia

A pesquisa foi realizada por meio de um levantamento bibliográfico, rastreando artigos publicados na Revista de Educação Especial, durante o período de 2010 a 2022, sobre o Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil. Caracterizando-se por uma abordagem qualitativa de delineamento exploratório (Silva; Bego, 2018).

Teve como critérios de inclusão e elegibilidade: apresentar no título ou nas palavras-chave, os descritores: alunos com autismo ou TEA, na educação infantil; manuscritos completos; disponíveis na íntegra *online*; publicados de 2010 a 2022; pesquisas empíricas com aspectos metodológicos claramente definidos; abordar procedimentos e estratégias na condução da criança com TEA na educação infantil. Os critérios de exclusão foram: repetição do mesmo artigo; apenas título ou resumo disponíveis; não estar disponível na íntegra *online*; ser publicação anterior a 2010; não ser pesquisas empíricas; problemas metodológicos; não apresentar procedimentos e estratégias de inclusão na educação infantil com crianças com TEA.

Resultados e Discussão

Com base no rastreamento realizado na Revista de Educação Especial, no período de 2010 a 2022, foi possível identificar um total de 749 (setecentos e quarenta e nove) publicações da revista, sendo 61 artigos publicados sobre autismo. Destes, quatro sobre Educação Infantil (um deles com ambas as etapas da educação básica: educação infantil e ensino fundamental), cinco sobre Ensino Fundamental e 52 artigos sobre outras áreas do conhecimento. Os artigos selecionados e pesquisados estão organizados no Figura 1.

Figura 1 - Levantamento dos artigos publicados sobre transtorno do espectro autista na educação infantil

ANO	TOTAL DE PRODUÇÃO	ARTIGOS TEA NA ED. INFANTIL	TÍTULOS DOS ARTIGOS SELECIONADOS
2010	30	0	
2011	31	1	Reflexões sobre a inclusão escolar de uma criança com diagnóstico de autismo na Educação Infantil
2012	35	0	

2013	42	0	
2014	52	0	
2015	54	1	O autista e sua inclusão nas escolas particulares da cidade de Teresina- PI
2016	51	0	
2017	52	0	
2018	64	0	
2019 Publicação contínua	120	0	
2020 Publicação contínua	78	2	Status sociométrico de alunos com deficiência intelectual e com transtorno do espectro do autismo na educação infantil e ensino fundamental. Consultoria Colaborativa na Educação Infantil: análise de intervenção envolvendo alunos com autismo
2021 Publicação contínua	73	0	
2022 Publicação contínua	67	0	
Total	749	4	

Fonte: elaboração pelas autoras

Com base no levantamento descrito no Quadro 1, no total de 749 produções da Revista de Educação Especial (2010 a 2022), quatro artigos foram selecionados para o estudo por contemplar os critérios de elegibilidade da presente pesquisa. Os artigos foram: 1- ‘Reflexões sobre a inclusão escolar de uma criança com diagnóstico de autismo na educação infantil’ (Mattos; Nuernberg, 2011), 2- ‘O autista e sua inclusão nas escolas particulares da cidade de Teresina-PI’ (Carvalho; Nascimento, 2015), 3- ‘Status sociométrico de alunos com deficiência intelectual e com transtorno do espectro do autismo na educação infantil e ensino fundamental’ (Dyonisio; Gimenez, 2020) e 4- ‘Consultoria Colaborativa na Educação Infantil: análise de intervenção envolvendo alunos com autismo’ (Souza; Nunes, 2020).

Assim, o artigo 1: ‘Reflexões sobre a inclusão escolar de uma criança com diagnóstico de autismo na educação infantil’, estudo realizado por Mattos e Nuernberg (2011), relatou um estágio curricular obrigatório, na área da Psicologia escolar, com duração de um ano, realizado em uma turma de educação infantil com o intuito de auxiliar a professora a promover a inclusão de um educando com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O objetivo do estudo foi contribuir com a inclusão escolar da criança com TEA, colaborando para o seu desenvolvimento e interação social.

A pesquisa teve como participante, uma criança de quatro anos de idade, do sexo masculino, com severas dificuldades de comunicação, sendo o principal foco dessa ação,

a apropriação da linguagem pelo educando, proporcionando ampliar sua autonomia e independência. Na pesquisa, foram realizadas entrevistas com a professora e os pais da criança, para conhecer sobre a sua realidade e as possíveis barreiras de comunicação na interação com o educando.

A principal estratégia de intervenção da pesquisa, baseou-se na inter regulação da participação da criança nas trocas com os outros indivíduos. Nesta experiência foi proposta a utilização de diferentes modos de comunicação para auxiliar na apropriação da linguagem do indivíduo, pois de acordo com Mattos e Nuerberg (2011), a sua comunicação era restrita ao uso de gestos, assim os pesquisadores direcionaram o atendimento enfatizando “a proposta de intervenções fundamentadas em Análise do Comportamento Aplicada, sobretudo no ensino de operantes verbais primários em sua forma vocal” (p. 60).

Dessa forma, a Comunicação Alternativa foi utilizada com o intuito de promover o desenvolvimento da linguagem com o objetivo de contribuir com a inclusão escolar da criança com TEA. Com o uso do recurso visual foi possível identificar que o educando tinha muito interesse por imagens, o que contribuiu na sua compreensão sobre os afazeres necessários. Neste recurso, foi impresso fotografias de situações presentes no cotidiano, nos diversos espaços da instituição e abaixo das imagens palavras indicativas das atividades.

Como conclusão da pesquisa, Mattos e Nuerberg (2011) atribuíram a importância da mediação pedagógica, específica e articulada com as características da criança, para a efetivação das trocas sociais a fim de impedir barreiras a plena participação do educando. A brincadeira se configurou um canal de comunicação para as trocas sociais realizadas no contexto escolar e o desenvolvimento da linguagem como meios para facilitar a inclusão escolar. Por fim, os pesquisadores consideraram o trabalho interdisciplinar e a parceria da Educação com a Psicologia indispensáveis para experiências e resultados exitosos.

O segundo estudo (2): ‘O autista e sua inclusão nas escolas particulares da cidade de Teresina-PI’ de Carvalho; Nascimento (2015), os autores tomaram como partida um projeto nomeado “o acompanhamento terapêutico e sua influência no desenvolvimento da interação social do autista no contexto escolar”, realizado em 2014, sendo este um programa de iniciação científica PIBIC da faculdade Santo Agostinho, na cidade de Teresina-PI. O estudo teve como objetivo “identificar a realidade das escolas particulares e a inclusão de crianças autistas dentro de tal ambiente” (Carvalho;

Nascimento, 2015, p. 680).

Para fazer a coleta dos dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas em cinco escolas particulares, previamente listadas e que continha atuação de Acompanhante Terapêutico (AT). Participaram da pesquisa 20 acompanhantes terapêuticos, os quais deveriam responder 19 questionamentos com a possibilidade de marcar mais de uma alternativa. As entrevistas eram realizadas individualmente em locais mais adequados para os participantes.

No aspecto referente aos comportamentos que podem prejudicar o convívio social no ambiente escolar, 65% dos AT negaram este tipo de comportamento e ressaltaram que os colegas da turma compreendem suas particularidades por conta do convívio diário, sendo assim, as interações no ambiente escolar foram fundamentais pois, “as habilidades sociais vão sendo adquiridas pelas trocas que acontecem no processo de aprendizagem, através da convivência compartilhada do autista na escola” (Carvalho; Nascimento, 2015, p. 681).

Referente as contribuições da escola, proporcionadas pelas atividades no desenvolvimento das necessidades da criança com autismo e sua inclusão escolar, 90% dos entrevistados afirmaram que as atividades vêm contribuindo positivamente e 10% relataram que não existem contribuições nas atividades para as necessidades dos alunos com TEA, sendo esse um grande problema. Em relação a isso, Carvalho e Nascimento (2015) afirmaram que [...] “o currículo das escolas deve ser adaptado às necessidades das crianças com necessidades educacionais especiais, e não o contrário, visando proporcionar oportunidades curriculares que sejam apropriadas à criança com habilidades e interesses diferentes” (p. 681).

Os participantes consideraram a importância de a escola proporcionar um espaço de socialização, pois é dentro deste ambiente que é potencializado essas habilidades, por meio do contato com os outros, promovendo o desenvolvimento nos aspectos cognitivo e motor, assim, se efetivando a inclusão. Nesse sentido, os participantes da pesquisa relataram que a equipe escolar buscou proporcionar para a criança com TEA, um espaço onde ela terá a possibilidade de interagir e se comunicar. Apenas 10% citaram que não há inclusão no quesito socialização, sendo uma das razões dessa afirmação a contribuição negativa dos pais por terem preconceito ou vergonha dos seus filhos.

Nesse aspecto, Carvalho e Nascimento (2015) consideraram o apoio familiar fundamental para a concretização da inclusão do educando com autismo nas aprendizagens e na sua socialização, sendo desenvolvido através da parceria entre a

família, a equipe escolar e os profissionais especializados.

Nas entrevistas, 80% dos AT relataram que os momentos de socialização oferecido pelos professores e a escola, têm contribuído para o desenvolvimento e inclusão da criança, são atividades em que se proporcionam momentos de interação como teatro, dança e brincadeiras. No entanto, 20% relatam não haver momentos de socialização pensados para o público alvo da pesquisa, ficando a responsabilidade dos AT desenvolverem esse tipo de proposta.

As conclusões as quais chegaram os autores desta pesquisa, podem ser sinalizadas para: a) importância da inclusão de crianças com TEA nas escolas de ensino regular, promovendo o desenvolvimento de habilidades pouco estimuladas ou inexistente, além de proporcionar aos colegas e profissionais do ambiente o aprendizado com as diferenças; b) importância da colaboração e empenho dos pais no processo de inclusão, mantendo atividades solidárias às dificuldades da criança e facilitando o trabalho da escola e comunidade; c) representação que os profissionais têm da criança com TEA, visando não somente as dificuldades, mas as suas potencialidades; d) e sinaliza para a importância e relevância da temática inclusão para a comunidade escolar e social (Carvalho; Nascimento, 2015, p.687).

Por fim, os autores consideram que o trabalho com crianças com TEA no ambiente escolar é um grande desafio que “deve ser realizado a partir da cooperação dentro das salas de aula e o relacionamento harmônico entre alunos, com a colaboração de todos os profissionais e dos pais, auxiliando a promoção da aprendizagem da criança” (Carvalho; Nascimento, 2015, p. 679).

Na terceira (3) pesquisa intitulada: “Status sociométrico de alunos com deficiência intelectual e com transtorno do espectro do autismo na educação infantil e ensino fundamental” de Dyonisio e Gimenez (2020), foi realizada uma análise do referido Status sociométrico, em uma escola de Santo André, no Estado de São Paulo. Participaram da pesquisa 51 crianças, sendo 25 da Educação Infantil e 26 do Ensino Fundamental.

A pesquisa teve como critérios a existência, em classe, de pelo menos um/a aluno/a com deficiência e que a turma deveria ter, no mínimo, dois meses de convivência. Assim, quatro crianças compuseram o público-alvo da pesquisa, tendo em cada etapa da educação (Educação Infantil e Ensino Fundamental) uma criança com Deficiência Intelectual e uma com Transtorno do Espectro Autista (Dyonisio; Gimenez, 2020, p. 10).

No procedimento metodológico, foram apresentadas fotografias das 51 crianças e feitas perguntas para serem respondidas verbalmente. Para cada pergunta deveriam ser citadas três crianças, em que na questão 1, perguntava-se com quais crianças mais gostava de brincar e na questão 2, perguntava-se com quais crianças menos gostava de brincar.

Para a análise dos dados, foi criado um sociograma de identificação das escolhas, sendo consideradas a persistência das respostas, a existência de crianças com mais indicações negativas ou positivas e a existência de crianças não mencionadas ou pouco mencionadas no teste (idem, p. 11)

Sobre as características individuais dos educandos com autismo na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, Dyonisio e Gimenez (2020) retrataram que de acordo com os profissionais da escola a criança com TEA da Educação Infantil [...] “tinha muita dificuldade de lidar com frustrações e em se comunicar com o seu grupo. Por outro lado, apresentava relativa autonomia para atividades da vida diária, como no caso da alimentação”. E a criança com TEA do Ensino Fundamental “se comunicava relativamente bem e apresentava bom relacionamento com o grupo” (idem, p. 11).

Com base nos resultados obtidos com os status sociométrico e a análise sociograma, os autores consideraram a classificação de cada sujeito a partir de cinco tipos de status social e de acordo com as categorias: isolado, excluído, não-excluído e mediano. Assim, foi possível compreender que as crianças com TEA se enquadravam nas seguintes classificações: a criança com autismo na educação infantil teve seu resultado sociométrico como ‘excluído’ e a criança do ensino fundamental teve seu resultado sociométrico como ‘não isolado’ (idem, p. 12).

Com base nos resultados obtidos pela pesquisa, os autores descreveram que as crianças da educação infantil obtiveram um status mais negativo comparado com a outra etapa da educação. O motivo desse acontecimento pode ser pelo tempo de convívio entre as crianças, pois “[...] há a possibilidade de que, a partir da convivência entre os alunos em sala de aula, ocorra um desdobramento nas configurações de vínculos afetivos e uma maior aceitação dos indivíduos, o que os classificam como medianos ao grupo” (Dyonisio;Gimenez; 2020, p. 16).

É fundamental considerar a individualidade de cada educando, pois a criança com TEA na educação infantil teve um resultado de “excluído”, o que pode ser resultado de inúmeros fatores, mas os autores destacaram dois: o comportamento e a competência acadêmica. Enquanto a criança do ensino fundamental teve o seu resultado no status

sociométrico como “isolado”, isso pode ter sido pelo fato do educando não saber como lidar com as suas frustrações, manifestando comportamentos agressivos, podendo ser um fator contribuinte para a sua dificuldade de se relacionar com os demais.

A partir dessa pesquisa, foi possível compreender que tanto na Educação Infantil como no início do Ensino Fundamental “a deficiência e as dificuldades de aprendizagem não parecem ser determinantes no processo de inclusão social das crianças. Todavia, os resultados deste estudo remetem ao comportamento e, sobretudo, ao tempo de convivência entre elas” (Dyonisio; Gimenez, 2020, p. 20), ou seja, deve ser considerado o seu convívio social, cultural, familiar e a própria cultura escolar, sendo fundamental destacar que deve ser dada uma atenção maior para os processos das interações.

Nesse sentido, os autores sugeriram que outros estudos atentassem para a natureza da deficiência da criança e buscassem investigar o papel exercido pelos espaços e pelas propostas pedagógicas no processo de interação das crianças. Por fim, atentaram para a necessidade de investigar a temática a partir de uma perspectiva longitudinal, acompanhando os grupos de crianças ao longo dos diferentes níveis da Educação Básica, como também partindo das propostas pedagógicas desenvolvidas pelas escolas (Dyonisio; Gimenez, 2020).

A quarta (4) pesquisa de Souza e Nunes (2020), “Consultoria Colaborativa na Educação Infantil: análise de intervenção envolvendo alunos com autismo”, retratou sobre um programa de Consultoria Colaborativa como uma alternativa para capacitar os docentes e expandir estratégias eficazes no ensino. Nessa prática, o consultor do setor de educação especial contribui com orientações pedagógicas.

Os objetivos da pesquisa, foram avaliar os efeitos do programa nas práticas de ensino de uma professora de Educação Infantil com uma criança de quatro anos, diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista. O estudo contou com dois objetivos específicos: avaliar os efeitos da capacitação no nível de mediação da docente, submetida à Escala de Avaliação da Experiência de Aprendizagem Mediada (Eam; Lidz, 2003) e identificar os efeitos da prática intervintiva da professora, na participação do aluno com TEA durante as atividades propostas em sala de aula (Souza; Nunes, 2020, p.5).

Após aprovação do projeto pelo comitê de ética, as pesquisadoras iniciaram o estudo que foi realizado de maio a novembro de 2018, tendo a participação do aluno, sua professora, a cuidadora, a avó, a pesquisadora e uma assistente de pesquisa. Utilizaram o delineamento multimétodo, de natureza qualitativa e quantitativa, com

procedimentos derivados da pesquisa-ação e da pesquisa experimental intrassujeito. Referiram que a adoção dessa metodologia, em que todos os participantes estão envolvidos de modo cooperativo e participativo, se justifica pela natureza colaborativa da consultoria proposta (Souza; Nunes, 2020).

Como instrumentos de pesquisa, as autoras utilizam dois roteiros de entrevistas (para professora e avó), um diário de campo, a EAM (Lidz, 2003), instrumento fundamento na Teoria da Experiência da aprendizagem Mediada de Feurnstein e a escala CARS (Ferreira, 2007) para avaliar o aluno em grau de severidade.

Os resultados obtidos na pesquisa, foram apresentados em três seções, sendo elas: 1) dados que caracterizam a criança com autismo (avaliação da escala CARS, com resultado de autismo grave: 45 pontos e entrevistas com a cuidadora, a professora e a avó); 2) as rotinas (a chamada, ajudante do dia, músicas, oração e apresentação das atividades propostas para serem realizadas, onde a turma sentava-se no chão); e 3) os registros de validade social (avaliação dos resultados da prática intervenciva, com pessoas que participaram de forma direta ou indireta).

Os dados da pesquisa revelaram que a Consultoria Colaborativa é uma prática com bons resultados adotados na Educação Infantil. Após a implementação do programa, houve aumento do comportamento mediador da professora e melhora qualitativa na participação da criança nas atividades escolares. Os professores envolvidos diretamente e indiretamente se mostraram satisfeitos e ressaltaram a importância na formação docente.

Porém, as autoras fizeram algumas ponderações sobre o estudo: as limitações do uso de delineamentos quase experimentais, sugerindo experimentos mais robustos como o delineamento de linha de base múltipla; o retorno à escola para avaliar se a professora prosseguiu com as estratégias intervencivas desenvolvidas durante a consultoria e a identificação de medidas fidedignas para avaliar o nível de participação do aluno nas rotinas. A partir dessas lacunas destacadas, as autoras sugeriram novos estudos envolvendo práticas colaborativas entre Educação Especial e ensino comum e com um maior número de alunos/as com TEA.

Considerações finais

No levantamento bibliográfico, da produção científica o período de 2010 a 2022 na Revista de Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, foi

possível identificar que há poucas pesquisas realizadas com crianças com transtorno do espectro autista e a contribuição da Análise do Comportamento na educação infantil. Sendo então de extrema importância a realização de mais estudos na área, pois cada vez mais, nas escolas do ensino regular, estão sendo matriculadas crianças com TEA, portanto, é fundamental a disseminação de estratégias metodológicas realizadas com esse público, afim de desenvolver suas habilidades interacionais, em espaços escolares ricos em que todos possam aprender com as diferenças.

As quatros pesquisas elegidas com base nos objetivos do estudo, sugerem a compreensão de que a inclusão de crianças com transtornodo espectro autista não é uma tarefa fácil. Muitos professores julgam não preparados para ensinar crianças atípicas, sendo fundamental valorizar a formação desses profissionais para que cada vez mais estejam capacitados para trabalhar com esse público.

O processo de inclusão deve ser realizado com um trabalho de parceria de todos do ambiente escolar, a família e os profissionais da educação especializada, para que as crianças tenham o direito de permanecer na escola e, esta, se constitua um espaço que proporcione momentos para aquisição da aprendizagem, interação e comunicação com as outras pessoas, sempre respeitando a sua individualidade.

No ambiente escolar as mediações pedagógicas são fundamentais e devem possibilitar que a criança participe de todos os momentos, que a metodologia favoreça não apenas a criança como TEA, mas a todos os educandos. Sendo um espaço de realização de estímulos para desenvolver as habilidades interacionais, pois a interação é fundamental para os diversos aspectos do desenvolvimento da criança.

Contudo, são fundamentais que as intervenções que serão realizadas com esse público, estejam pautadas em estudos realizados na área, como por exemplo, o uso da Análise do Comportamento Aplicada, que muito vem favorecendo para a aprendizagem de diversas habilidades, como o uso da comunicação alternativa e o estabelecimento de rotinas visuais, em ambiente planejado e organizado para melhor atender esse público, pois “para o analista do comportamento, o ambiente desempenha um papel central na determinação do comportamento” (Matos, 2016, p.25).

Dessa forma, estratégias que utilizam a Análise do Comportamento Aplicado são de extrema importância, pois considera os estímulos que devem ser realizados e as consequências que terão como respostas, irão favorecer o processo de ensino e desenvolvimento de habilidades de interação e comunicação com este público no ensino regular, concorrendo de fato para realização da inclusão.

Referências

- CARVALHO, B. S. da S.; NASCIMENTO, L. F. do. O autista e sua inclusão nas escolas particulares da cidade de Teresina – PI. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 28, n. 53, p. 677–690, 2015. DOI: 10.5902/1984686X17327. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/17327>. Acesso em: 30 maio. 2024.
- DYONISIO, C. M.; GIMENEZ, R. Status sócio métrico de alunos com deficiência intelectual e com transtorno do espectro do autismo na educação infantil e ensino fundamental. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 33, p. e9/ 1–27, 2020. DOI: 10.5902/1984686X36641. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/36641>. Acesso em: 30 maio. 2024.
- LACERDA, L. **Transtorno do espectro autista: uma brevíssima introdução**. Curitiba: CRV, 2017. 118 P.
- LIBERALESSO, Paulo. Autismo: compreensão e práticas baseadas em evidências. In: LIBERALESSO, Paulo. **Transtorno do espectro autista evidências científicas no campo das intervenções terapêuticas**. Capricha na Inclusão. 1 edição. 2020. p. 13 – 26. Acesso em: 12 maio. 2024.
- MATOS, D. C. *et al.* **Análise do comportamento aplicada ao desenvolvimento atípico com ênfase em autismo**. 1ª edição. Editora AICSA, 2016. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://crpma.org.br/wp-content/uploads/2022/05/Analise-do-Comportamento-Aplicada-ao-Autismo.pdf> Acesso em: 20 abr. 2024.
- MATTOS, L. K.; NUERNBERG, A. H. Reflexões sobre a inclusão escolar de uma criança com diagnósticos de autismo na Educação Infantil. **Revista Educação Especial**. Santa Maria, v. 24, n. 39, p. 129-142, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/1989>. Acesso em: 30 maio. 2024.
- SOUZA, M. da G.; NUNES, D. R. de P. Consultoria Colaborativa na Educação Infantil: análise de intervenção envolvendo aluno com autismo. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 33, p. e67/ 1–25, 2020. DOI: 10.5902/1984686X48492. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/48492>. Acesso em: 13 maio. 2024.
- SILVA, L. V.; BEGO, A. M. Levantamento bibliográfico sobre educação especial e ensino deficiências no brasil. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.24, n.3, p.343-358, Jul.-Set., 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/LvND66ZbjWXTYFz46DTzyzd/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 23 ago. 2024.

Submissão: 23/09/2024. **Aprovação:** 13/06/2025. **Publicação:** 29/08/2025.